



**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**N.º 05/14**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA EM 24 DE  
SETEMBRO DE 2014**

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo senhor Miguel Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

*Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:*

Rui Manuel da Graça Santa, Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, Rodolfo Soares Marques Pereira, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, Luís Manuel Teopisto Cardoso, Paula Alexandra Ferrão Pereira, Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade e Fernando Manuel Catum Leiria.

*Pelo Partido Socialista:*

Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Bruno José Pereira Soares, Maria Amélia Martins Faria dos Santos e Manuel Carlos Bento Fradiano.

*Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:*

Mário Luís Pintado Alves, Patrícia Pinto Felizes Figueira e Pedro Miguel Tarú Canteiro.

*Pelo Partido Social Democrata:*

João Manuel Alves Nunes do Valle e Luiz Branco Batista.

*Presidentes das Juntas de Freguesia:*

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU), António Joaquim Gomes Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia de Samouco (CDU) e Luís Miguel Fernandes Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (CDU).

Faltaram à sessão:

- Sónia Cristina Rodrigues Macieira Ramos, que pediu a suspensão do mandato, por motivo de maternidade, por um período de 5 meses a contar desta data.

O presidente da Assembleia propôs em sua substituição, para o lugar de 2.ª Secretária, a deputada Natacha Patrícia Bexiga Patinha, o que foi aceite por unanimidade.

João Ladislau Teles de Matos tomou posse, após ter prestado juramento legal.

- Sérgio Miguel Pratas Duarte, justificou a sua ausência por se encontrar de férias. Também Ana João Santos e Henrique da Câmara justificaram a sua ausência; a primeira por motivo de saúde e o segundo por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituído por Ana Brandão Félix.

As justificações foram aceites por unanimidade.

Pelo executivo municipal encontravam-se presentes o Presidente da Câmara, Luís Miguel Carraça Franco e os Vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Jorge Manuel Pereira Giro, Susana Isabel de Freitas Custódio, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Presidente da Assembleia informou sobre a distribuição da seguinte documentação:

- Sobre a correspondência recebida. (Doc 1)
- Relatório de Atividades do Presidente da Assembleia Municipal. (Doc 2)

A Assembleia tomou conhecimento.

### **ATA**

**Ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 18.º do Regimento foi colocada à discussão a seguinte:**

*- Ata de 26 de junho 2014*

Submetida à discussão, Iolanda Nunes propôs as seguintes correções:

- Na página 8 a palavra “imigração” deverá ler-se “emigração”;
- Na página 12 onde se lê “bancada do PSD deverá ler-se do PS”
- Na página 14 – deverá ler-se “votar a resolução ou o diploma”.

Submetida à votação com as alterações propostas, foi a ata aprovada por maioria, com 19 votos a favor e 5 abstenções (dos deputados que não estiveram presentes).

**Ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 18.º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:**

- Fábio Bernardo:

Solicitou informação sobre a abertura do ano letivo em Alcochete.

- Fernando Leiria:

Solicitou um ponto de situação, face à proposta feita na reunião de 18 de julho, sobre eficiência energética na iluminação pública, abrangida pelo Programa Europeu “Transparens”.

- Luiz Batista:

Queixou-se das respostas dadas pelos vereadores a assuntos que tem colocado, dado que na sua opinião não têm sido consequentes, solicitando por isso, que passasse o presidente a responder, nomeadamente sobre:

- Degradação dos espaços verdes em Alcochete;
- Higiene Urbana;
- Água e saneamento;
- Abastecimento de água em S. Francisco;
- Património da autarquia (janelas e portas do edifício da Câmara);
- Vedações das escolas do 1.º Ciclo;
- Data prevista para a colocação do abrigo na paragem junto à REPSOL.

**Ao abrigo da alínea f) do n.º 2 do artigo 18.º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:**

- João Valle, em nome do PSD, apresentou uma proposta de moção sobre “Criação do Conselho Municipal da Juventude”.

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Paula Pereira:

Afirmou que o assunto não foi discutido na Assembleia Municipal, nem sequer consensualizada a criação de Comissão Instaladora para a Criação do Conselho Municipal de Juventude. O que ficou consensualizado foi a constituição de um grupo de trabalho para as questões da juventude, tendo que ser discutida a sua constituição.

Por outro lado, quer alguns gostem ou não, a CDU obteve a maioria dos votos no concelho de Alcochete, daí que em nenhum Grupo de Trabalho poderá estar em pé de igualdade com bancadas que obtiveram muito menos votos.

A posição da CDU foi contra a criação do Conselho Municipal da Juventude e os argumentos foram discutidos, tendo-se chegado à conclusão que o referido Conselho tal como está plasmado na Lei não serve os interesses dos jovens de Alcochete.

Mais alertou para o facto de a CDU não se arrogar o direito de convocar a Câmara Municipal para participar no Grupo de Trabalho.

Submetida à votação, foi rejeitada, por 14 votos contra da CDU e 9 votos a favor do PS, PSD e CDS-PP.

- Pedro Canteiro, em nome do CDS-PP, apresentou uma Recomendação sobre as “Festas do Barrete Verde e das Salinas 2014”, a qual será remetida à Câmara Municipal.

- Patrícia Figueira, em nome do CDS-PP, apresentou uma proposta de Recomendação à Câmara Municipal para “Celebração de um Protocolo entre o Município de Alcochete e a Direção Geral de Reinserção Social”.

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Paulo Machado:

Clarificou que do ponto de vista da justificação pareceu-lhe possível uma proposta desta natureza, porque corresponde ao senso comum da necessidade de dar uma utilidade a quem não cumpre ou na sua prática demonstra falta de cidadania e portanto, o cumprimento da reparação do dano que está prevista na legislação. Será uma forma útil de utilizar quem pratica crimes e tem este tipo de penas, desde que seja garantida a não contrariedade do condenado.

Mais informou que a Câmara e as juntas de freguesia têm protocolos celebrados com o Instituto de Reinserção Social, no sentido de acolher estas propostas, pelo que esta moção não vem acrescentar nada de novo.

Recordou contudo, que esta solução não repara os problemas de fundo, ou seja, a falta de recursos humanos na Câmara Municipal. Sobre esta matéria é que a Assembleia Municipal se deveria pronunciar. Poder-se-á encontrar formas de mitigar e reduzir aquilo que são os efeitos nefastas de políticas do governo, nomeadamente na redução contínua de trabalhadores na Câmara Municipal e no fundo os que estão ao serviço da administração central, que no fundo mais não pretendem que não seja a destruição da Administração Pública Local.

- Luiz Batista:

Congratulou-se com a proposta que vem ao encontro de situações que têm a ver com a reintegração de pessoas. Também não o choca ter que se entregar a privados as funções nas áreas de limpeza e jardins entre outros.

- Presidente da Câmara:

Fez o enquadramento jurídico do assunto, acrescentando que a proposta não traz nada de novo àquilo que já existe e em termos de *práxis* na Câmara está longe de ser uma solução, salientando os cortes que a Câmara está obrigada a fazer na contratação de pessoal na percentagem a que está obrigada por imposição legal.

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por 11 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, Miguel Boieiro e Natacha Patinha) e 13 abstenções (CDU).

- Rodolfo Pereira em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “35 Anos de Serviço Nacional de Saúde”.

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Miguel Boieiro:

Felicitou o autor da proposta porque está muito bem escrita e elucidada, esclarece muita gente que não sabe o que isto é. As pessoas andam envolvidas em muita conversa, em muita demagogia, mas é necessário que alguém chame os bois pelos seus nomes.

- Paulo Machado:

Considera este assunto da maior importância, acrescentando o que tem sido o desinvestimento desta matéria, em concreto na península de Setúbal e ainda mais concretamente das unidades de saúde que servem o município. Deu como exemplo a necessidade que quer ele quer a sua esposa, tiveram de se deslocar ao hospital do Barreiro, quer no que respeita à forma de atendimento e tempo de espera e valores cobrados, comparativamente com o hospital Egas Moniz, em Lisboa onde também foi atendido.

Esta situação é uma vergonha nacional e tal como a proposta diz está em causa a privatização e a entrega aos grandes grupos da área da saúde.

- Fernando Leiria:

Na sua opinião, o documento reflete bem tudo o que há dizer sobre o assunto. Na verdade, os governos começaram a ver em tudo isto uma grande hipótese de ganhar dinheiro nas privatizações à custa das doenças.

Considerou lamentável, que pela passagem dos 35 anos do Serviço Nacional de Saúde, quer o Presidente da República, quer o 1.º Ministro, não tivessem feito qualquer alusão aos problemas que estão a suceder nos hospitais do SNS.

Lembrou que o PCP, a propósito desta matéria, irá apresentar na Assembleia da República, quatro projetos de lei.

- Luiz Batista:

Afirmou que somente o PS e o PSD têm permitido a continuidade da existência do SNS que é fundamental e universal para toda a população. O SNS tem um custo de cerca de nove milhões de euros ao ano (não esquecer as dívidas que vêm dos anos anteriores) e estes custos têm que ser pagos e naturalmente são pagos através dos nossos impostos.

Lembrou que as pessoas têm agora um maior acesso aos medicamentos com a introdução dos genéricos e com a isenção de taxas moderadoras.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (CDU, PS e CDS-PP) e 2 votos contra (PSD).

Iolanda Nunes fez declaração de voto em nome do PS, que fica anexa à ata.

Luiz Batista fez declaração de voto em nome do PSD, dizendo:

“O sentido de voto desta bancada foi votar contra; não contra o SNS, mas sim pelo conteúdo da moção, porque realmente quem não fez nada pelo SNS são aqueles que

vêm nas manifestações em vez de fazerem as ações. O voto contra é a favor da continuidade do SNS.

- Paulo Machado, em nome da CDU, apresentou uma proposta de Saudação sobre “Agrupamento de Escolas de Alcochete distinguido pelo Ministério da Educação com os prémios “Redução do Abandono Escolar e Eficácia Educativa”.

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Paula Pereira:

Concordou com tudo o que está na proposta. Assiste-se a mais uma ação de propaganda credível, apenas para alguns papalvos que ainda acreditam que a abertura do ano letivo correu bem, esquecendo-se que encerraram 311 escolas do 1.º ciclo, criaram-se mega agrupamentos que mais não são que confusões, afastam-se injustamente mais de 8 mil professores, mas o ministro vem dizer que as portas das escolas abriram, mesmo que seja nas condições em que abriu em Alcochete a escola EB.2,3 El-Rei D. Manuel I.

Não foram as pessoas que vão às manifestações (com todo o direito que têm e que infelizmente para alguns está consagrado na Constituição) que instituíram o calendário escolar, nem tão pouco os membros do PCP.

Entende também, que a defesa da escola pública por parte do PSD é proporcional à defesa do SNS.

O PCP é a favor e está cá para defender a escola pública.

- Luiz Batista:

A escola deveria ter aberto no dia 15 e aquilo que o PSD fez foi apenas um comunicado que reflete a satisfação por ter sido ultrapassada a situação com grande esforço por parte da Associação de Pais.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

Luiz Batista fez a seguinte declaração de voto em nome do PSD:

“ Reforço aquilo que tem sido o trabalho de muita gente dentro do Agrupamento de Escolas e o enaltecer da projeção do nome de Alcochete pela positiva.

Na abertura do ano escolar, também há um serviço que está na dependência da Câmara Municipal e nesse tipo de situações posso dizer que os refeitórios abriram a tempo e horas e estão com uma situação de funcionamento melhorado.”

## **PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL**

- Presidente da Câmara:

Respondendo a Luiz Batista, frisou que, as verdades que ao longo do tempo reiteradamente foram verbalizadas pelos vereadores não deixam de ser verdades.

Também ele tem vindo a afirmar que a degradação e a redução substancialíssima dos Recursos Humanos, a degradação financeira das autarquias, a degradação dos meios disponíveis pelas autarquias, leva a uma inevitabilidade de degradação do serviço público que é prestado às populações.

Considerou quase infâmia quando Luiz Batista afirma que a obra de regeneração da frente ribeirinha também é obra sua, porque em nada contribuiu para a sua realização.

- Vereador José Luís Alfêlua:

Esclareceu que após a entrega por escrito do pedido apresentado pelo CDS-PP e depois de algumas *démarches* efetuadas para melhor conhecer o programa “Transparens”, no início de agosto foi marcada uma reunião com Patrícia Figueira do CDS-PP e mais dois elementos deste partido e ainda com um representante da empresa.

Trata-se de um programa europeu e não de um contrato de desempenho energético, o qual é desenvolvido pela Universidade de Coimbra e é no fundo um conjunto de boas práticas, no sentido de tornar o mais transparente possível os contratos de desempenho energético entre entidades que queiram tomar algumas medidas e as que as vão implementar, mas que à Câmara não serve.

Quanto às questões colocadas por Luiz Batista, informou que no período das festas do Barrete Verde houve necessidade de direcionar o trabalho dos poucos calceteiros para reparações junto ao centro da vila, provocando algum atraso noutras zonas.

Mais disse, que a colocação do abrigo está a aguardar a entrega de alguns materiais para finalizar o mesmo e a manutenção das portas e janelas far-se-á logo que possível.

- Vereador Jorge Giro:

Repetiu uma vez mais o que tem vindo a informar em anteriores reuniões e sessões.

Relativamente aos espaços verdes, o ano tem sido atípico e coincidente com um ano de chuva anormal, para além das constantes avarias nos equipamentos que não permitiram ter uma regular eficiência no corte de relvas, contudo tudo será feito para resolver a situação.

Esclareceu também que o setor da restauração já foi avisada no sentido da utilização correta dos contentores de lixo, trocando para esse efeito os sacos de 150Kg para os de 100Kg.

A finalizar, informou que as indicações sobre avarias no fornecimento de água não correspondem à verdade e que foi dada monda química no concelho, contrariamente ao que foi dito.



- Vereadora Susana Custódio:

Esclareceu que o início do ano escolar em Alcochete se fez a duas velocidades, ou seja, dos nove estabelecimentos que compõem o Agrupamento de Escolas apenas não abriu um, embora no caso seja o que tem mais alunos, cerca de 1100 mais ou menos, reconhecendo a Câmara que se tratou de um ato de coragem a tomada de atitude que nunca tinha sido vista no concelho, ou seja, não abrir a escola EB 2,3 El-Rei D. Manuel I, por falta de assistentes técnicos.

Os estabelecimentos que estão sob a alçada da Câmara Municipal iniciaram a sua atividade letiva dentro da normalidade, realçando contudo, que para tal, muitos passos foram dados para conseguir ter o número de funcionários necessários teimando assim em continuar a não cumprir os rácios, porque se os cumprisse não era possível assegurar as funções. É de louvar e reconhecer o esforço dos funcionários que diariamente demonstram um grande sentido de serviço público, ao invés de quem os apelida de “gorduras”.

Informou ainda que as ementas escolares foram supervisionadas por profissionais da área.

O Presidente da Assembleia Municipal, propôs a realização de um intervalo de dez minutos, o que foi aceite por unanimidade, tendo-se de seguida retomado os trabalhos.

## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE**

Não se registaram pedidos de intervenção.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA**

A Assembleia tomou conhecimento, não se tendo registado pedidos de informação ou esclarecimento.

### **PONTO 2 – REVOGAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE SANEAMENTO FINANCEIRO**

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Luiz Batista:

Referiu que após analisar a documentação remetida, não entende o que são os 2 milhões de que a Câmara prescindiu e perguntou quando é que a Câmara teve conhecimento de que o BES não estava em condições de cumprir o contrato que tinha assinado.

- Pedro Canteiro:

Solicitou uma apresentação sucinta da situação e manifestou preocupação pelo facto de se passar de 7 milhões para 2 milhões, perguntando assim, se as Grandes Opções do Plano estão em risco de não serem cumpridas.

- Presidente da Câmara:

Informou que a documentação remetida é abundante e a proposta que foi submetida à apreciação e deliberação da Câmara é muito clara. Frisou que a Câmara se encontra nesta situação por incumprimento contratual por parte do BES, posteriormente substituído por Novo Banco e o mesmo está a ser analisado. Caso exista produção de danos jurídico-patrimoniais do Município, naturalmente que a Câmara irá fazer-se ressarcir dos danos que forem produzidos.

Outra coisa distinta tem que ver com o Plano de Saneamento Financeiro e com a necessária celebração de um contrato de mútuo que está subjacente ao mesmo.

Não se deve descurar que o BES foi avaliado pelo Banco de Portugal, o qual garantiu a todos os portugueses que a situação do banco era sólida (também reiterado pela Ministra das Finanças e pelo Presidente da República) não havendo portanto riscos para os acionistas e menos ainda para os depositantes. Face a isto, a Câmara em função dos critérios de adjudicação/seleção da melhor proposta não poderia apresentar outra que não fosse a apresentada pelo BES porque cumpria com os critérios da consulta feita a diversas instituições financeiras.

À Câmara Municipal foram remetidos dois contratos, um com logomarca Espírito Santo e outro com Novo Banco. No início do mês de agosto, a Câmara foi alertada para a possibilidade de o novo Conselho de Administração do Banco vir a assumir o não cumprimento tanto no contrato de mútuo com o Município de Alcochete, alegadamente porque não possuía mandato ou até que este ia para além do mandato que lhe havia sido conferido.

Em face disto, foi realizada uma reunião com os administradores do Novo Banco e perante a circunstância de, no âmbito do processo de consulta outras entidades terem apresentado proposta e uma delas ter manifestado a sua disponibilidade para manutenção da sua proposta – o BPI – e com base no princípio do aproveitamento dos atos processuais praticados mantinham a proposta de 5 milhões que tinham apresentado, a qual tinha um “spread” mais baixo do que a proposta do BES. Dada esta disponibilidade, foi realizada uma reunião para transmitir aos responsáveis do Novo Banco que tudo ficava pendente de nova aprovação da Câmara e Assembleia Municipal.

Perante o colapso a que tínhamos assistido e para minorar os encargos financeiros do Novo Banco e para salvaguardar e salvar todo o processo, apresentámos a proposta de

ao invés do Novo Banco assumir o encargo financeiro de 7 milhões, reduzia-se para 2 milhões, aproveitando a Câmara os 5 milhões apresentados pelo BPI.

Conjugadas as 2 propostas que tinham de ter subjacentes dois contratos de mútuo, a proposta financeira global seria financeiramente mais favorável para o Município de Alcochete. Em momento posterior à reunião, a Câmara foi informada que nem 7 nem 2 milhões seriam considerados.

Trata-se na verdade, de uma situação lamentável, mas estranha à Câmara, pelo que se propõe assim, a revogação da deliberação com todos os pontos que lhes estão associados.

- Pedro Canteiro:

Perguntou se haveria necessidade de aumentar o valor do empréstimo face ao tempo que já decorreu.

- Presidente da Câmara:

Respondeu dizendo que se a deliberação da Assembleia for no sentido da revogação dos atos, a Câmara irá fazer uma consulta ao mercado para 7 milhões de euros, mantendo-se assim o mesmo valor.

O Plano de Saneamento Financeiro tem que ser revogado dado que as condições contratuais da proposta que vier a ser aceite, poderão ser diferentes das condições contratuais que tinham sido apresentadas pelo BES, as quais tinham sido incorporadas no PSF; por outro lado, foi manifestada à Câmara a intenção imediata por parte da Caixa de Crédito Agrícola de redução significativa, substancial, do mútuo que foi celebrado para suportar as obras de requalificação da frente ribeirinha. Se se assim for, perante uma decisão unilateral da Caixa de Crédito Agrícola de redução do “spread” que está associado ao mútuo, poderá ser mais vantajoso para a Câmara não amortizar integral e antecipadamente os 500 mil euros associados aos juros, reafetando-os para pagamento a fornecedores.

- Pedro Canteiro:

Questionou se há dinheiro para pagamento de salários e se há perigo de incumprimento de pagamentos para além dos fornecedores.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu que a Câmara não tem dificuldades no pagamento de vencimentos aos seus funcionários.

Mais disse, ser preferível afetar os 7 milhões a fornecedores, mas quando a Caixa de Crédito Agrícola manifestar essa vontade unilateral de baixar o “spread” de forma significativa (está neste momento nos 8,5%), poderá ser preferível manter o mútuo e afetar os 500 mil euros ao pagamento a fornecedores, mantendo a Câmara a faculdade de amortizar este valor a médio ou longo prazo.

Submetido à discussão e votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor (CDU e CDS-PP) e 6 abstenções (PS e PSD).

Luiz Batista fez declaração de voto em nome do PSD que fica apensa à ata.

### **PONTO 3 – TRANSIÇÃO DA UNIVERSALIDADE DA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SETÚBAL E ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA AMRS (ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE SETÚBAL)**

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Miguel Boieiro (Presidente da Assembleia Municipal):

Informou que ele, o vereador José Luís Alfélua e o presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco participaram na reunião da Assembleia Distrital, que se realizou no dia 9 de setembro, tendo ficado todos devidamente esclarecidos.

Resumidamente, esclareceu que o Governo extinguiu as Assembleias Distritais, contrariando desta forma uma disposição da Constituição que diz que estas só acabariam quando houvesse regionalização. Porém, embora não tenha sido feita a regionalização, o Governo resolveu extinguir.

As Assembleias Distritais eram constituídas por 3 membros de cada Município, ou seja, um membro da Câmara; o presidente da Assembleia Municipal ou seu substituto e um presidente da junta de freguesia de cada município. Porém, para as Assembleias Distritais que têm património material ou cultural, o Governo possibilitou que pudessem transitar para outro órgão, de forma universal, ou seja, sem possibilidade de repartir.

Após discussão e análise, verificou-se que o órgão que reúne maiores condições para receber o espólio do Museu Arqueológico e Etnográfico de Setúbal e fazer a sua gerência, seria a AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal.

Este processo, exige que o executivo da AMRS aprove e que a Assembleia Municipal também aprove, bem como a Câmara Municipal, atendendo-se aos prazos estabelecidos.

Pretende-se assim, que a Assembleia no seguimento do que a Câmara já fez, delibere aprovar esta transição e simultaneamente delibere alterar os estatutos da AMRS.

- Fernando Leiria:

Questionou, em que situação ficam os 15 trabalhadores.

- Mário Alves:

Questionou, se as dívidas transitam, ou se terão que ser pagas no imediato e se a Câmara reconhece a dívida indicada.

- Miguel Boieiro (Presidente da Assembleia Municipal):

Esclareceu que os trabalhadores ficam com a garantia do posto de trabalho.

- Vereador José Luís Alfélua:

Esclareceu que as dívidas estão espelhadas no PSF e que a dívida transita para a AMRS, e que o seu pagamento será feito quando for possível.

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Assembleia Municipal propôs a continuação dos trabalhos para além da hora regimental, o que foi aceite por unanimidade.

### **PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO**

Registaram-se as seguintes intervenções:

- Patrícia Figueira:

Voltando à proposta de recomendação aprovada na sessão, referiu não ser propósito do CDS-PP resolver todos os problemas da autarquia. Se entendem que no poder central muita coisa é mal feita e o Governo não pode financiar tudo e mais alguma coisa, compete às autarquias terem soluções alternativas, com imaginação, face às dificuldades, que é coisa que todos fazem na vida.

Quanto ao projeto de eficiência energética, frisou que o CDS-PP não levou ou apresentou nenhuma empresa à Câmara como parece ter sido dito, expondo de seguida o seu ponto de vista sobre o assunto.

- Vereador José Luís:

Reiterou o que já tinha dito sobre este assunto.

### **ATA EM MINUTA**

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

**ENCERRAMENTO:** E nada mais havendo a tratar, pelas 01:05 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, Coordenadora Técnica, subscrevo e assino.

**A COORDENADORA TÉCNICA:**

O PRESIDENTE: